



CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – ÁREA DE BENEFÍCIOS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números 01 a 07.

*Doenças infecciosas moldaram a história
e a evolução humanas*

É preciso que surjam novos agentes patógenos como o coronavírus de Wuhan para que experimentemos uma pequena fração da angústia com doenças infecciosas que sempre acompanhou a humanidade. O sucesso da ciência em controlar as moléstias virais, bacterianas e parasitárias em vastas regiões do globo nos fez esquecer quão devastadoras elas podem ser.

A varíola, provavelmente a maior assassina da história, matou, só no século 20, entre 300 milhões e 500 milhões de humanos. A peste bubônica dizimou até um terço da população europeia no século 14. Uma parcela ainda maior dos grupos ameríndios sucumbiu ao *blend* de doenças infecciosas trazidas pelos europeus.

Aos que gostam de pintar as guerras como um flagelo comparável vale lembrar que, até a 1ª Guerra Mundial, a grande maioria dos soldados abatidos em conflitos morria por causa das doenças que acompanhavam as tropas e não devido à carga dos exércitos inimigos. Na Guerra Civil americana, dois terços dos 500 mil mortos foram vítimas primárias de patógenos. **A situação só mudou depois que os militares incorporaram brigadas sanitárias, que, com barbeiros e serviços de lavanderia, limaram os ectoparasitas que transmitiam tifo e outras moléstias.**

Doenças infecciosas moldaram a história e a evolução humanas. O vazio populacional deixado pela peste jogou o preço do trabalho nas alturas, desestabilizando o sistema feudal e abrindo caminho para o capitalismo. Ectoparasitas são a melhor hipótese para explicar a redução de pelos nos humanos. Isso para não mencionar a invenção do sexo, que também parece ser uma resposta a patógenos.

O curto e precário controle que conseguimos exercer sobre as moléstias infecciosas a partir do século 19 se deve exclusivamente à ciência — a mesma ciência que governos populistas ignoram quando desdenham especialistas e estudos técnicos. A população não faz melhor quando rejeita vacinas.

(Hélio Schwartzman. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas>. Acesso em 29.01.2020)

01. De acordo com o texto,

- (A) não há como estimar o número de mortes provocadas por surtos decorrentes da ação de agentes patogênicos.
- (B) foi inútil o esforço para conter agentes patógenos em ambientes de guerra, pois a higiene era precária.
- (C) em séculos nem tão remotos, as pestes que assolaram a Europa deveram-se à inércia da ciência em descobrir tratamentos eficazes.
- (D) as doenças infecciosas suplantaram, em letalidade, os óbitos resultantes de conflitos bélicos de séculos passados.
- (E) o flagelo das guerras contribuiu para espalhar doenças infecciosas que atingiram, no século passado, as populações civis.

02. Segundo o autor, são aspectos prejudiciais ao controle sobre moléstias infecciosas:

- (A) o obscurantismo de certos governos em relação ao trabalho da ciência e a recusa das pessoas em receber vacinação.
- (B) o trabalho de grupos organizados que exerceram o controle sanitário e a presença de transmissores do tifo.
- (C) as guerras, que não incrementaram pesquisas científicas de novas drogas, e atitudes conservadoras de alguns especialistas.
- (D) regimes absolutistas em fase de desestabilização e a ascensão do capitalismo na economia mundial.
- (E) vírus resistentes a drogas e a própria mutação de agentes patógenos, como o coronavírus.

03. Nas passagens destacadas no texto, estão empregadas em sentido figurado as expressões

- (A) incorporaram e capitalismo.
- (B) barbeiros e alturas.
- (C) limaram e moldaram.
- (D) brigadas e feudal.
- (E) mudou e alturas.

04. Nas passagens “A peste bubônica dizimou **até** um terço da população europeia no século 14.” e “... vale lembrar que, **até** a 1ª Guerra Mundial, a grande maioria dos soldados abatidos em conflitos morria por causa das doenças...” o termo “até”, em destaque, expressa, correta e respectivamente, as noções de

- (A) inclusão / inclusão.
- (B) quantidade máxima / espaço limite.
- (C) espaço limite / ênfase.
- (D) certeza / quantidade limite.
- (E) quantidade limite / tempo limite.

05. A alternativa que reescreve trecho do texto de acordo com a norma-padrão de concordância é:

- (A) 70% dos soldados abatidos em conflitos morria por causa das doenças.
- (B) Só houve mudanças na situação depois que se incorporaram brigadas sanitárias.
- (C) Já se registrou, na história, ocorrências de várias moléstias letais.
- (D) Entre 300 milhões e 500 milhões de humanos foram atingidos pela varíola, que os mataram.
- (E) O surgimento de novos agentes patógenos como o coronavírus de Wuhan são necessários para gerar angústia.

06. Assinale a alternativa em que o trecho entre colchetes substitui o destacado de acordo com a norma-padrão de emprego e colocação de pronome.

- (A) Doenças infecciosas **moldaram a história e a evolução humanas**. [moldaram-nas]
- (B) ... para que **experimentemos uma pequena fração da angústia**... [experimentemos-la]
- (C) ... **pintar as guerras** como um flagelo comparável... [pintar elas]
- (D) ... morria por causa das doenças que **acompanhavam as tropas**... [acompanhavam-nas]
- (E) A população não faz melhor quando **rejeita vacinas**. [rejeita-as]

07. No contexto dos trechos “... **blend** de doenças infecciosas trazidas **pelos** europeus.” e “O vazio populacional deixado **pela** peste...”, a preposição destacada expressa a noção de

- (A) posse.
- (B) modo.
- (C) agente.
- (D) condição.
- (E) lugar.

Leia a tira, para responder às questões de números 08 e 09.



(Quino, *Toda Mafalda*)

08. A fala da garota Suzanita, no último quadrinho,

- (A) expressa, de maneira inequívoca, que seu sentimento em relação aos pobres é de piedade, conforme declara a sua interlocutora.
- (B) revela que sua afirmação anterior não tem o mesmo sentido da fala de sua interlocutora, apesar de ter expressado concordância com esta.
- (C) corrobora a fala de sua interlocutora, mostrando-se solidária e acolhedora para com os pobres, a ponto de propor escondê-los.
- (D) exprime ponto de vista condizente com uma postura tolerante, tendo em vista que se dispõe a proteger os pobres de perigos.
- (E) representa o ponto de vista da sociedade, apontando para sua interlocutora a solução institucional para um grave problema social.

09. À vista das representações verbal e não verbal das manifestações da menina Mafalda, no segundo e no terceiro quadrinhos, é correto afirmar que ela demonstra, respectivamente,

- (A) desânimo e inconformismo destrutivo.
- (B) sensibilidade e aconselhamento ponderado.
- (C) tristeza e conformismo explícito.
- (D) empatia e indiferença implícita.
- (E) compaixão e ânimo resolutivo.

Leia o texto, para responder às questões de números 10 a 15.

Carona

O George Soros anunciou em Davos que vai doar alguns dos seus milhões a universidades que se comprometam a combater o que ele vê como um pendor direitista, no mundo atual e na academia. Soros é daquelas personalidades que vale a pena acompanhar de perto, se possível em mesas de bares, para ouvir o que ele tem a dizer sobre como salvar o capitalismo de si mesmo. Com a certeza de que ele, pelo menos, pagará os chopos para todo mundo.

Há outra razão para tentar se aproximar de Soros e entrar na sua “entourage”*, como dizem na Moóca, nem que seja só para carregar a merenda. Como se sabe, a Terra, nossa velha e boa Terra, está chegando ao fim. **Talvez demore, mas, do jeito que vai, e do jeito que nós a maltratamos, é certo que o fim da Terra virá: pelo aquecimento global, pelo crescimento das águas até que a Estátua da Liberdade dê um último abano e naufrague, por choque com asteroide ou simplesmente por enfarte.** Amigo meu se declarou um otimista, disse que não sabe se há vida depois da morte, mas, por via das dúvidas, vai levar um cartão de crédito. Mas os otimistas estão cada vez mais raros. O fim está próximo, e ninguém faz nada a respeito.

Errado. Tem gente – ou bilionários, uma pequena subdivisão de gente – planejando a fuga antes que o mundo acabe. Você pode apostar que os bilionários estão tomando medidas. Estão construindo arcas em estaleiros camuflados na Nova Zelândia, por exemplo, na esperança de que algo sobreviva ao dilúvio final. Estão fazendo reservas na primeira classe de foguetes que serão disparados para bases na Lua e em Marte. Bases que já existem, ou você pensa que os programas espaciais do Primeiro Mundo até agora eram só por interesse científico, e não a construção secreta de colônias para bilionários?

Você e eu, que não somos bilionários, teremos que contar com o bom coração de alguém que nos assegure uma carona na fuga final. E falou bilionário de bom coração, falou Soros, um filantropo conhecido. Procure Soros. Tente convencê-lo de que você daria um bom garçom na viagem para a Lua ou Marte, e um bom limpador de piscinas quando chegassem à colônia. Se não conseguisse convencer Soros a lhe dar carona, paciência. Você pelo menos tomaria uns chopos na conta dele.

*entourage (francês): grupo de indivíduos que forma a roda habitual de alguém.

10. À vista dos elementos textuais, é correto afirmar que o texto

- (A) afirma, em tom didático, as ações necessárias para que as fugas sejam planejadas com cuidado antes que a Terra seja destruída.
- (B) expõe, com objetividade jornalística, as possíveis consequências das ações danosas do homem sobre nosso planeta.
- (C) desenvolve, em tom humorístico, ideias acerca da possibilidade do fim do mundo, destacando ações de bilionários para salvar-se.
- (D) discorre, em linguagem científica, acerca dos programas desenvolvidos por agências espaciais para salvar a Terra de um desastre fatal.
- (E) aconselha, em tom conciliador, que os pobres devem pegar carona na bondade de algum rico para se salvarem quando for preciso abandonar a Terra.

11. Considerando o contexto, afirmar que George Soros é um filantropo equivale a dizer que ele é um(a)

- (A) agente público engajado em causas sociais, um humanista.
- (B) defensor das causas socioambientais, um ativista.
- (C) intermediador em conflitos entre nações, um pacifista.
- (D) pessoa que age em favor de seu semelhante, um altruísta.
- (E) autoridade em acumulação de dinheiro, um financista.

12. A afirmação “Errado” que inicia o terceiro parágrafo, retoma a afirmação segundo a qual

- (A) os otimistas estão cada vez mais raros, corroborando-a.
- (B) o fim da Terra está próximo, mas nada é feito, contradizendo-a.
- (C) não se sabe se há vida depois do fim do mundo, retificando-a.
- (D) tem gente fugindo antes que o mundo acabe, negando-a.
- (E) o amigo pensa em levar o cartão de crédito quando morrer, ratificando-a.

13. Assinale a alternativa em que a redação dada ao trecho, nos colchetes, está de acordo com a norma-padrão de regência e de emprego do sinal de crase.

- (A) ... teremos que contar com o bom coração de alguém... [teremos de apelar à alguém de bom coração]
- (B) Tente convencê-lo de que você daria um bom garçom... [tente levá-lo à crer de que você daria um bom garçom]
- (C) ... na esperança de que algo sobreviva ao dilúvio final. [na expectativa que, vindo a violência do dilúvio, alguém resista à ela]
- (D) ... universidades que se comprometam a combater o que ele vê como um pendor direitista... [universidades que aderiram à ideia de dar combate ao que ele vê como um pendor]
- (E) Com a certeza de que ele, pelo menos, pagará os chopes para todo mundo. [Convicto em que ele, pelo menos, assumirá às despesas, pagando os chopes à todos].

14. Observando-se o emprego de dois-pontos e de travessão duplo nos trechos destacados (segundo e terceiro parágrafos), é correto afirmar que esses sinais sinalizam, respectivamente,

- (A) uma sequência enumerativa e um esclarecimento particularizador.
- (B) uma explicação generalizante e uma informação secundária.
- (C) uma lista de informações e uma correção esclarecedora.
- (D) um esclarecimento indispensável e uma informação generalizadora.
- (E) uma relação de conceitos e uma opinião questionável.

15. Nas passagens “Há outra razão para tentar se aproximar de Soros e entrar na sua ‘entourage’, **como** dizem na Moóca” e “... **Se** não conseguisse convencer Soros a lhe dar carona, paciência.”, as conjunções destacadas imprimem aos respectivos contextos relações de sentido de

- (A) conformidade e hipótese.
- (B) comparação e finalidade.
- (C) modo e possibilidade.
- (D) conformidade e concessão.
- (E) proporção e condição.

16. Em 2020, no dia 8 de fevereiro, André começou a ler um livro com 288 páginas; no dia 11 de fevereiro, Bianca começou a leitura de um livro de 279 páginas; no dia 2 de fevereiro, Carlos iniciou um livro com 315 páginas. Esses três amigos combinaram antecipadamente que, até terminarem seus respectivos livros, leriam um mesmo número de páginas por dia, sendo esse número o maior possível. Quando Carlos terminou de ler o seu livro, os números de dias que ainda faltavam para André e Bianca terminarem os seus livros eram, respectivamente,

- (A) 1 e 2.
- (B) 1 e 3.
- (C) 2 e 3.
- (D) 3 e 3.
- (E) 3 e 5.

17. Em janeiro, Ana possuía uma quantia igual a 90% da quantia que sua irmã Beatriz possuía. Em fevereiro, Ana gastou R\$ 180,00, e Beatriz conseguiu juntar mais R\$ 80,00, de maneira que a quantia de uma irmã passou a ser o dobro da quantia da outra. Em janeiro, as duas irmãs possuíam, juntas, um total de

- (A) R\$ 1.045,00.
- (B) R\$ 1.140,00.
- (C) R\$ 1.235,00.
- (D) R\$ 1.330,00.
- (E) R\$ 1.425,00.

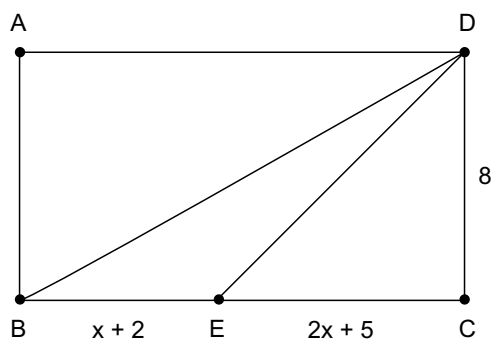
18. Em uma caixa, há bolas azuis, vermelhas e pretas. A razão entre os números de bolas azuis e pretas é igual a $\frac{3}{5}$, e a razão entre os números de bolas pretas e vermelhas é igual a $\frac{3}{2}$. Se retirarmos 24 bolas azuis da caixa, a razão entre o número de bolas azuis para o número total de bolas na caixa passa a ser de 1 para 6. O total de bolas nessa caixa é

- (A) 192.
- (B) 198.
- (C) 204.
- (D) 210.
- (E) 216.

19. Algumas caixas devem ser levadas de um galpão para outro e serão transportadas em caminhões, que sempre carregam um mesmo número de caixas. Se 14 caminhões fizerem esse transporte, cada caminhão deverá fazer 6 viagens. Sabemos que cada caminhão consegue fazer, no máximo, 3 viagens por dia, então o número mínimo de dias para transportar todas as caixas, se tivermos 4 caminhões, será
- (A) 4.
(B) 5.
(C) 6.
(D) 7.
(E) 8.
20. Uma cerca foi construída em 3 dias. No primeiro dia, foram construídos $\frac{3}{8}$ do comprimento total da cerca, e, no segundo dia, foram construídos 480 metros de cerca. No terceiro dia, a cerca foi finalizada, com os últimos $\frac{7}{12}$ do comprimento total construídos. O comprimento dessa cerca, em quilômetros, é igual a
- (A) 5,76.
(B) 7,68.
(C) 8,64.
(D) 10,56.
(E) 11,52.
21. Em uma turma de educação infantil, o número de meninas é igual a 3 somado ao dobro do número de meninos. Se o produto entre o número de meninas e o número de meninos é igual a 119, o total de crianças nessa turma é
- (A) 21.
(B) 24.
(C) 27.
(D) 30.
(E) 33.
22. Em um hotel, 81 pessoas estão alojadas em 19 quartos. Cada quarto tem 4 ou 5 camas, e cada pessoa dorme sozinha em uma cama. Se, em 3 desses quartos, uma cama não foi ocupada, a diferença entre o número de quartos com 4 camas e o número de quartos com 5 camas é
- (A) 3.
(B) 4.
(C) 6.
(D) 8.
(E) 9.

23. Em uma empresa, Ricardo ganha R\$ 250,00 a mais do que Sergio, e Tulio ganha 125% do que ganha Sergio. Se a média aritmética dos salários dessas três pessoas é R\$ 4.525,00, a diferença entre o maior e o menor salário é
- (A) R\$ 250,00.
 (B) R\$ 475,00.
 (C) R\$ 715,00.
 (D) R\$ 1.025,00.
 (E) R\$ 1.350,00.

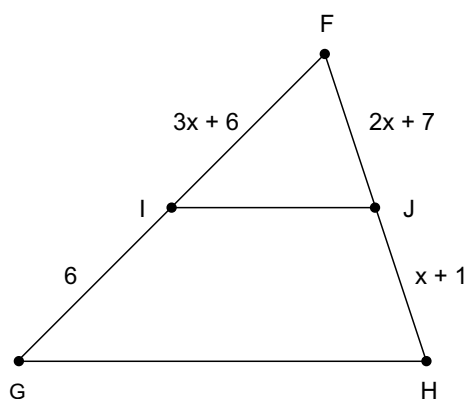
24. No retângulo ABCD da figura, o ponto E pertence ao lado BC, e as medidas estão indicadas em cm.



(Figura fora de escala)

Sabendo-se que a diferença entre a área do triângulo CDE e a área do triângulo BED é 24 cm^2 , então o perímetro, em cm, do retângulo ABCD é

- (A) 32.
 (B) 40.
 (C) 48.
 (D) 56.
 (E) 64.
25. Na figura, o segmento IJ é paralelo ao segmento GH, e as medidas dos segmentos FI, IG, FJ e JH estão dadas em cm.



(Figura fora de escala)

A diferença entre o comprimento do segmento FG e o comprimento do segmento FJ, em cm, é igual a

- (A) 8.
 (B) 9.
 (C) 10.
 (D) 11.
 (E) 12.

26. De acordo com o que descreve a Lei Complementar Municipal nº 175/2011, o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo denomina-se

- (A) aproveitamento.
- (B) readaptação.
- (C) reversão.
- (D) recondução.
- (E) reintegração.

27. Em relação às vantagens do servidor público municipal de Peruíbe, e conforme disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 175/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) As diárias pagas aos servidores a título de indenização por deslocamento do seu local de serviço, ainda que este deslocamento seja permanente, incorporam-se aos vencimentos para qualquer efeito.
- (B) São consideradas gratificações e adicionais as de caráter especial, as de difícil acesso e as de programa saúde da família.
- (C) O servidor, ao completar 20 (vinte) anos no exercício ininterrupto no serviço público municipal, fará jus à percepção de adicional no valor da sexta parte do vencimento de seu cargo de provimento efetivo ou isolado.
- (D) O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá receber pelos 2 (dois), sendo esses adicionais cumuláveis.
- (E) O servidor que optar pelo regime de plantão noturno com remuneração fixa fará jus, ainda, pelo adicional noturno na porcentagem de 10% (dez por cento) por cada hora trabalhada das 22 (vinte e duas) horas até 06 (seis) horas.

28. Conforme a Lei Complementar nº 176/2011, a contagem para o enquadramento dos servidores públicos municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo ficará suspensa no caso em que o servidor se afastar por motivo de

- (A) licença saúde para tratamento particular de até 40 (quarenta) dias.
- (B) licença-prêmio por mais de 120 (cento e vinte) dias.
- (C) licença para tratar de assuntos relativos a atividades públicas em favor do Sindicato de Classe.
- (D) licença em virtude de doença em pessoa da família por até 20 (vinte) dias.
- (E) cessão para outro órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados ou de outro Município.

29. Ocorrendo insuficiência da capacidade financeira do PERUIBEPREV para liquidação dos benefícios previstos na Lei Complementar Municipal nº 76/2005, a responsabilidade pelo adimplemento da complementação do custeio será

- (A) da União.
- (B) do Estado Federado.
- (C) das respectivas Entidades Patrocinadoras.
- (D) do Instituto Nacional de Seguridade Social.
- (E) da respectiva Secretaria de Finanças da Prefeitura.

30. Com o propósito de decidir sobre as matérias pertinentes aos objetivos do PERUIBEPREV, propor a elaboração de regulamentos, atos, instruções normativas, resoluções e demais espécies normativas, conforme disciplina a Lei Complementar Municipal nº 263/2018, compete ao

- (A) Conselho Administrativo.
- (B) Conselho Fiscal.
- (C) Comitê de Investimentos.
- (D) Superintendente dos Órgãos Colegiados.
- (E) Gerente de Benefícios.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

31. Um gestor público de uma Autarquia, recém-empossado e proveniente do setor privado, foi selecionado pelo Executivo para que colocasse em prática propostas de gestão inovadoras. Uma delas seria a construção de uma escola de empreendedorismo para combater o desemprego local. Esse gestor público imaginava que poderia contratar os serviços sem licitação e os professores sem concurso público, tal como agia no setor privado. Para que ele entendesse os procedimentos necessários, a assessoria jurídica apresentou ao gestor o seguinte Princípio Constitucional da Administração Pública:
- (A) Moralidade.
 - (B) Impessoalidade.
 - (C) Legalidade.
 - (D) Eficiência.
 - (E) Publicidade.
32. O princípio implícito da isonomia busca valorizar a igualdade entre as pessoas e encontra-se expresso, de forma indireta, em artigos e incisos constitucionais. Assinale a alternativa que apresenta exemplos alinhados com esse princípio.
- (A) Igualdade de deveres e direitos, de diversidade sexual e mercado de trabalho.
 - (B) Igualdade racial, de credo religioso e trabalhista.
 - (C) Isenção de impostos para deficientes, pessoas com doenças graves e aposentados.
 - (D) Equidade de gênero, origem racial e níveis salariais.
 - (E) Equidade de raça, diversidade sexual e tratamento fiscal.
33. Uma universidade pública, ao criar órgãos internos, tais como departamentos de Matemática, Geografia, Direito, Engenharia, entre outros, tendo em vista a melhor gestão acadêmica, constitui-se num exemplo de
- (A) desconcentração.
 - (B) descentralização.
 - (C) delegação.
 - (D) gestão acadêmica.
 - (E) distribuição.
34. O artigo 14 da Constituição Federal de 1988 estabelece que soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante
- (A) voto popular, sem coerção, por meios eletrônicos.
 - (B) consulta popular por meio do voto, com exceção aos analfabetos e idosos.
 - (C) *Ad* referendo popular, nos termos da lei, de forma ampla e irrestrita.
 - (D) voto simples, captados eletronicamente ou não, em todo o território nacional.
 - (E) plebiscito, referendo e iniciativa popular.
35. Um gestor de uma Autarquia municipal, em busca de gerar novas oportunidades de emprego e renda no município, após ampla pesquisa e levantamento, chegou à conclusão de que apenas uma organização possuía o conhecimento, os profissionais adequados e o serviço necessário para a elaboração de uma proposta inovadora. Mediante essa constatação, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, o processo licitatório é
- (A) desejável.
 - (B) requisito obrigatório.
 - (C) flexível.
 - (D) inexigível.
 - (E) mera formalidade.

36. A respeito da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), assinale a alternativa correta.

- (A) O objeto da ADC é lei ou ato normativo federal ou estadual, publicados após a Constituição Federal de 1988.
- (B) São legitimados para propor ADC: o Presidente da República, membro do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, Governador de Estado, mesa do Congresso Nacional, entre outros.
- (C) A norma somente poderá ser considerada inconstitucional em ADC caso haja concordância de 8 (oito) dos 11 (onze) Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) A ADC possui natureza dúplice, ou seja, caso a ação seja julgada improcedente e declarada inconstitucional a norma, não será necessária a propositura de ação declaratória de inconstitucionalidade para se obter esse fim.
- (E) O proponente da ADC pode desistir da ação até o momento em que o relator indicar o processo para a inclusão na pauta para julgamento.

37. De acordo com a Constituição Federal, estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa, compete

- (A) aos Estados.
- (B) aos Municípios.
- (C) aos Estados, Distrito-Federal e aos Municípios, concorrentemente.
- (D) à União e aos Estados, concorrentemente.
- (E) à União.

38. A respeito das Finanças Públicas, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.

- (A) Lei ordinária de iniciativa do Chefe do Poder Executivo disporá sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- (B) O Banco Central é impedido de comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- (C) A competência da União para emitir moeda será exercida pelo Banco Central, pela Casa da Moeda e, em caso de urgência, pela Caixa Econômica Federal.
- (D) Admite-se que o banco central conceda, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- (E) Lei complementar disporá sobre fiscalização financeira da administração pública direta e indireta.

39. O regime jurídico administrativo é caracterizado por certos aspectos inerentes à atuação específica da Administração Pública, sendo um exemplo o contido na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Essa premissa jurídica, aplicável à Administração, é corretamente representada pelo princípio da

- (A) razoabilidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) autotutela.
- (D) imperatividade.
- (E) hierarquia.

40. Assinale a alternativa que contempla corretamente uma distinção entre empresa pública e sociedade de economia mista.

- (A) A primeira possui personalidade jurídica regida pelo direito público, e a segunda pelo regime de direito privado.
- (B) A primeira é um ente integrante da Administração Direta, e a segunda é uma das entidades da Administração Indireta.
- (C) Os servidores da primeira são estatutários, e os da segunda são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) Os débitos judiciais da primeira são pagos por meio de precatórios, e os da segunda por meio de títulos de créditos cíveis.
- (E) A primeira pode adotar qualquer formato jurídico empresarial, enquanto a segunda pode ser apenas sociedade anônima.

41. As entidades da Administração Pública Indireta que se caracterizam por ter o seu patrimônio público personificado, em que o instituidor é uma pessoa política, e esta faz a dotação patrimonial e destina recursos orçamentários para a sua manutenção, são as

- (A) fundações públicas.
- (B) autarquias de regime especial.
- (C) sociedades de economia mista.
- (D) empresas públicas.
- (E) agências reguladoras.

42. Herculano é servidor público e, dentro de sua competência legal, expediu dois tipos de atos administrativos. O primeiro, ele constatou que era ilegal, e o segundo ele entende que não é mais conveniente e oportuno para a Administração Pública. Considerando o regime jurídico dos atos administrativos, e que, no caso, Herculano é o agente público competente, assinale a alternativa correta quanto aos poderes de Herculano em relação a esses dois atos administrativos.

- (A) No primeiro, ele terá que postular judicialmente a sua invalidação e, quanto ao segundo, poderá revogar o ato, desde que este seja discricionário.
- (B) Quanto ao primeiro, ele deverá invalidar o ato, enquanto, quanto ao segundo, ele poderá revogar o ato, se este for discricionário.
- (C) Ele deverá revogar o primeiro, se este for discricionário, e o segundo deverá ser invalidado, se este for um ato vinculado.
- (D) Ele nada poderá fazer, uma vez que os dois atos já foram expedidos, cabendo sua alteração ou anulação pelo Poder Judiciário.
- (E) Poderá anular o primeiro e revogar o segundo, independentemente se vinculado ou discricionário.

43. Sua ocorrência se dá quando o próprio Estado, mediante ato lícito, de caráter geral, acaba por modificar as condições do contrato administrativo, provocando prejuízo ao contratado, gerando tal interferência direito à indenização para o particular prejudicado em decorrência do desequilíbrio econômico financeiro.

Esta situação representa o que a doutrina consagrou denominar de

- (A) alteração contratual unilateral.
- (B) prática estatal abusiva.
- (C) cláusula exorbitante.
- (D) fato do príncipe.
- (E) interferência contratual estatal.

44. Nos contratos administrativos, o direito brasileiro estabelece que os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, entre outros motivos, na hipótese

- (A) de ocorrer a alteração do projeto ou especificações, pela Administração.
- (B) de interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho pelo contratado.
- (C) de solicitação do contratado em razão de reconhecida carência de mão de obra no mercado.
- (D) de constatação de dificuldades operacionais não previstas pelo contratado.
- (E) da falta de servidores públicos qualificados que possam fiscalizar a execução do contrato.

45. No tocante ao controle da Administração Pública, julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, é uma competência exclusiva

- (A) do Tribunal de Contas da União.
- (B) do Supremo Tribunal Federal.
- (C) da Câmara dos Deputados.
- (D) do Congresso Nacional.
- (E) do Senado Federal.

46. No que diz respeito aos servidores públicos, a Readaptação e a Reversão

- (A) são aplicáveis aos servidores ocupantes de cargos em comissão.
- (B) não podem ser efetivadas pela Administração, somente pelo Judiciário.
- (C) ocorrem após o retorno do servidor que estava em disponibilidade.
- (D) são tipos de sanções disciplinares aplicáveis aos servidores efetivos.
- (E) são formas derivadas de provimento de cargos públicos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

47. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), disciplinado no artigo 40 da Constituição da República, é regido, entre outros, pelo princípio da

- (A) contributividade, a significar que os inativos contribuem para que os ativos e pensionistas possam fruir seus benefícios.
- (B) preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, a implicar sua estruturação em sistema de capitalização.
- (C) contributividade, a significar que a aquisição do direito aos benefícios previdenciários, em regra, depende do prévio recolhimento de contribuições pelo segurado.
- (D) preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, a implicar sua estruturação em sistema de repartição simples.
- (E) solidariedade, a determinar que os benefícios devidos aos segurados do RPPS sejam necessariamente proporcionais às contribuições por eles vertidas ao sistema.

48. À luz da Constituição da República, são segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) os titulares de

- (A) empregos públicos.
- (B) mandato sindical.
- (C) cargos em comissão.
- (D) cargos efetivos.
- (E) cargos eletivos.

49. No tocante à aposentadoria por invalidez, é correto afirmar que o benefício é devido quando comprovada incapacidade
- (A) permanente para o exercício do cargo efetivo em que o servidor estiver investido.
 - (B) permanente, ainda que parcial, para o trabalho em geral.
 - (C) permanente para o exercício de quaisquer atividades públicas desenvolvidas pelo órgão de lotação do servidor.
 - (D) permanente ou temporária, quando esta exceder o período de dois anos, para o trabalho em geral.
 - (E) permanente ou temporária, quando esta exceder o período de dois anos, para o exercício do cargo efetivo em que o servidor estiver investido.
50. Antes do advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, determinado servidor público municipal, ao completar vinte e cinco anos de serviço público, apresentou requerimento de aposentadoria especial por exercício de atividade sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos termos do artigo 40, parágrafo 4º, III, da Constituição da República (redação conferida pela Emenda Constitucional nº 47/2005). Ao examinar o pleito, o órgão gestor de previdência deverá verificar se preenchidos, no que couber, os requisitos constantes da legislação que rege essa espécie de aposentadoria no Regime
- (A) Próprio de Previdência da União.
 - (B) Geral de Previdência Social.
 - (C) Próprio de Previdência do Estado.
 - (D) de Previdência Complementar do Município.
 - (E) de Previdência Complementar da União.
51. Com o óbito de um servidor público municipal, a viúva, o filho de 27 (vinte e sete) anos de idade e a enteada de 11 (onze) anos de idade requereram habilitação à pensão por morte. Com base nessas informações, é possível afirmar que
- (A) a viúva e o filho necessariamente farão jus ao benefício, mas a enteada não.
 - (B) a viúva apenas fará jus ao benefício se comprovar dependência econômica em relação ao falecido, mas o filho e a enteada necessariamente terão direito ao pensionamento.
 - (C) a viúva, o filho e a enteada necessariamente farão jus ao benefício.
 - (D) a viúva necessariamente fará jus ao benefício, enquanto o filho certamente não o fará; a enteada, contudo, para fazer jus à pensão, deverá comprovar dependência econômica em relação ao falecido.
 - (E) a viúva, o filho e a enteada apenas farão jus ao benefício se comprovarem dependência econômica em relação ao falecido.
52. O abono de permanência constitui
- (A) benefício funcional devido a servidores que adquiriram direito à aposentadoria voluntária, mas optaram por permanecer em atividade.
 - (B) benefício previdenciário devido a servidores que adquiriram direito a qualquer espécie de aposentadoria, mas optaram por permanecer em atividade.
 - (C) isenção tributária devida a servidores que adquiriram direito a qualquer espécie de aposentadoria, mas optaram por permanecer em atividade.
 - (D) benefício previdenciário devido a servidores que adquiriram direito à aposentadoria voluntária, mas optaram por permanecer em atividade.
 - (E) isenção tributária devida a servidores que adquiriram direito à aposentadoria voluntária, mas optaram por permanecer em atividade.
53. Ao examinar pedido de contagem recíproca de tempo de contribuição apresentado por servidor público municipal, o órgão gestor de previdência deverá observar as seguintes diretrizes:
- (A) dispensabilidade de certidão de tempo de contribuição, caso o servidor apresente carteira de trabalho que comprove o vínculo ao regime de origem.
 - (B) indispensabilidade de certidão de tempo de contribuição, que deverá ser homologada pelo regime instituidor.
 - (C) vedação à contagem de tempo de contribuição concomitante.
 - (D) vedação à contagem de tempo de contribuição ficto relativo a quaisquer períodos.
 - (E) dispensabilidade de certidão de tempo de contribuição, caso o servidor apresente carteira de trabalho que comprove o vínculo ao regime instituidor.
54. De acordo com a Lei nº 9.717/1998, os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos Municípios devem observância aos seguintes critérios:
- (A) realização de avaliação atuarial quadrienal, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.
 - (B) financiamento mediante recursos provenientes exclusivamente das contribuições do pessoal ativo, inativo e dos pensionistas.
 - (C) as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário dos Municípios e as contribuições do pessoal ativo, inativo e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes.
 - (D) sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.
 - (E) vedação à concessão de benefícios distintos dos previstos no Regime Próprio de Previdência Social da União.

- 55.** Servidora pública municipal alega direito adquirido à aposentadoria com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005. Para fruir esse direito, entre outros requisitos, a servidora deverá contar com, no mínimo,
- (A) trinta e cinco anos de contribuição, na data do requerimento do benefício.
 - (B) cinquenta e cinco anos de idade, na data da vigência da lei municipal que veiculou a mais recente reforma da previdência municipal.
 - (C) vinte anos de efetivo exercício no serviço público, na data do deferimento do benefício.
 - (D) dez anos de carreira, na data do requerimento do benefício.
 - (E) cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria, na data da vigência da lei municipal que veiculou a mais recente reforma da previdência municipal.
- 56.** Com relação aos proventos de aposentadoria no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social, é correto afirmar que, independentemente da norma que fundamente a concessão do benefício, eles
- (A) serão calculados de acordo com a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições.
 - (B) serão reajustados na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
 - (C) serão calculados de acordo com a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
 - (D) serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
 - (E) não poderão ser inferiores ao valor do salário-mínimo.
- 57.** A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao disciplinar as despesas com seguridade social, reafirma o princípio da
- (A) Transparência.
 - (B) Economicidade.
 - (C) Solidariedade intergeracional.
 - (D) Proporcionalidade dos Gastos Públicos.
 - (E) Precedência da Fonte de Custeio.
- 58.** A respeito do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), é correto afirmar que será emitido
- (A) pelo Ministério do Trabalho e Previdência e atestará o cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências estabelecidos nas normas gerais previdenciárias; caso negado, implicará, para o respectivo ente federado, a suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
 - (B) pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e atestará o cumprimento pelos entes gestores de previdência, dos critérios e exigências estabelecidos nas normas previdenciárias locais; caso negado, implicará, para o gestor de previdência, impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União.
 - (C) pelo Ministério da Economia e atestará o cumprimento pelos gestores de previdência, dos critérios e exigências estabelecidos nas normas gerais e locais previdenciárias; caso negado, implicará, para o respectivo ente federado, a suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União.
 - (D) pela Secretaria dos Regimes Próprios de Previdência e atestará o cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências estabelecidos nas normas gerais e locais previdenciárias; caso negado, implicará, para o respectivo ente federado, a suspensão do pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) a título de compensação previdenciária.
 - (E) pelo Ministério da Economia e atestará o cumprimento pelos entes gestores de previdência, dos critérios e exigências estabelecidos nas normas gerais previdenciárias; caso negado, implicará, para o respectivo ente gestor, a suspensão das transferências obrigatórias de recursos pela União.
- 59.** Depois de transcorridos sete anos do falecimento de um servidor público vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social, a viúva apresentou pedido de habilitação à pensão por morte por ele legada. Ao apreciar o pleito, o gestor de previdência deverá
- (A) indeferi-lo, pois está caracterizada a decadência do direito à pensão.
 - (B) deferi-lo, pagando à viúva os valores a ela devidos a partir do óbito do servidor.
 - (C) indeferi-lo, pois está caracterizada a prescrição do direito à pensão.
 - (D) deferi-lo, pagando à viúva apenas as parcelas a ela devidas a partir da data do requerimento.
 - (E) deferi-lo, pagando à viúva apenas as parcelas não atingidas pela prescrição quinquenal.

60. Constitui crime contra a Previdência

- (A) inserir ou fazer inserir, em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.
- (B) deixar de recolher as contribuições previdenciárias durante licença sem vencimentos.
- (C) negar publicidade acerca de informação pessoal de beneficiário, constante de processo administrativo previdenciário.
- (D) divulgar dados relativos aos valores pagos aos beneficiários de regime de previdência.
- (E) reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja.

